

DOI: 10.46943/X.CIEH.2023.01.068

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS/AS IDOSOS/AS DE CLASSES ALTA, MÉDIAS E POPULARES SOBRE ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA E SUA RELAÇÃO COM O PADRÃO DE CONSUMO

Joseana Maria Saraiva¹

Leyliane Clênia Alves da Silva Marques²

RESUMO

A partir da Revolução urbana industrial constatam-se mudanças de atitude, valores, costumes e de novos estilos de vida, um surto pela procura de produtos e de serviços que incentivaram no/a consumidor /a o desejo de consumir de forma ilimitada. Nesse cenário, vale-se do fenômeno do aumento da expectativa de vida, do envelhecimento e do conceito de qualidade de vida para reintroduzir o/a idoso/a nessa nova sociedade, cuja imagem passa a ser identificada como grupos ativos, com potencial enorme para consumir produtos e serviços. Com base nessa problemática, este estudo tem como objetivo analisar e compreender as representações sociais dos/as idosos/as acerca dos fatores que influenciam o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento. Trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, cuja amostra se compõe de 30 idosos/as com 60 anos de idade ou mais, pertencentes às classes sociais A, B, C, D e E segundo classificação

1 Graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestre em Nutrição/Saúde Pública e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Associada da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Departamento de Ciências do Consumo. E- mail: joseana.marias@ufrpe.br;

2 Graduanda no Curso de Ciências do Consumo, na Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE; bolsista do Programa de IC PIBIC/CNPq; Email: leylianemarques-cdc1@gmail.com

do IBGE (2015/2017). O instrumento de coleta de dados versa de um formulário de entrevista composto de perguntas abertas e fechadas. Os resultados mostram que a maioria dos/as idosos/a é do sexo feminino, casado, predominando a faixa etária entre 60 a 64 anos, funcionários públicos aposentados/as, pensionistas, trabalhadores/as empregados/as, empresários/as e beneficiários/as do BPC/LOAS. Ademais, a escolaridade é baixa, configurando as escassas oportunidades de acesso a escola. Os resultados mostram que há modos diferentes desse segmento conceber o consumo, o envelhecimento e a qualidade de vida, influenciados/as pelas visões, valores, salário, renda, sobretudo, pela classe social a que pertence.

Palavras-chave: Representações Sociais; Idosos/as; Classes Sociais; Consumo; Envelhecimento e Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

O aumento da longevidade e do envelhecimento populacional é um processo social contemporâneo, que acontece em todas as sociedades e em todos os países do mundo. A partir das consequências geradas por esse processo, evidencia-se o surgimento de um número crescente de idosos/as com necessidades de cuidados, de alimentar-se de forma saudável, de praticar exercícios físicos, de se vestir bem, de se divertir, passear, viajar, participar e de interagir socialmente, de autossatisfação dessas e de outras demandas.

Para atender essas necessidades, segundo Santos (2017), sobressai à criação de um mercado exclusivo, não mais limitado apenas a medicamentos e serviços de saúde, mas agora voltado também para a realização e satisfação das novas expectativas de consumo da população idosa. Para tanto, a mídia e a propaganda mercadológica utilizam e divulgam um conjunto de recursos farmacêuticos, médicos, tecnológicos, educacionais, sociais, culturais e de lazer voltados à transformação do sonho em realidade, gerando novos hábitos e novas pretensões por qualidade de vida para esse segmento.

Vale-se, portanto, dos fenômenos do aumento da expectativa de vida, do envelhecimento e da visibilidade dada ao conceito de qualidade de vida para reintroduzir o/a idoso/a na sociedade de consumo, cuja imagem passa a ser identificada como grupos ativos, com potencial enorme para consumir produtos e serviços. Nessa perspectiva, constata-se mudanças de atitude, valores, costumes e de novos estilos de vida que vão incentivar nos/as idosos/as o desejo de consumir de forma ilimitada, produtos e serviços.

Estudos mostram (Minayo, Hartz e Buss, 2000; Blassmenn, 2003; Kanso e Melo, 2004; Debert, 2011; Santos e Saraiva, 2017 entre outros) diferentes aspectos que definem qualidade de vida no processo de envelhecimento, entre estes a capacidade dos/as idosos/as de poder consumir e usufruir as possibilidades que a vida a vida lhes apresenta, de escolher, de decidir e de ter controle, autonomia e independência sobre o que consome e sobre a sua própria vida. Não obstante, os meios

de comunicação social, particularmente, a mídia e a propaganda, o próprio mercado, desconsideram as pessoas pertencentes a esse segmento como sujeitos do processo de envelhecimento, que possuem necessidades e demandas próprias e específicas, estratificados conforme a classe social.

Para Santos (2017) os/as idosos/as apresentam fragilidades e dificuldades em relação ao consumo de produtos e de serviços em diferentes campos como: serviços de beleza; vestuário, calçados, acessórios e moda; serviços de saúde e alimentação; atividades de condicionamento físico e alojamento; produtos farmacêuticos; serviços imobiliários e de aluguel, bem como aqueles relacionados diretamente ao consumo das tecnologias da informação e da comunicação.

Com base nessa problemática, esse estudo tem como objetivo analisar e compreender as representações sociais dos/as idosos/as, de classes alta, médias e populares de Recife-PE, acerca dos fatores que influenciam o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento. Mais especificamente, como esses têm impactado seu cotidiano, modo de vida, sobretudo, o processo de envelhecimento e a qualidade de vida, conforme a classe social. Torna-se imprescindível nesse tipo de investigação, compreender quem são esses idosos/as conforme a classe social, tendo em vista os diferentes papéis que cada idoso/a ocupa em cada classe social, dependendo do sexo, da escolaridade, faixa etária, rendimento e características culturais das diferentes classes. Nessa direção, evidencia-se o consumo e o envelhecimento como fenômenos sociais que sempre estiveram presentes em todas as sociedades e que podem ser estudados, considerando os mais variados aspectos que podem comprometer a qualidade de vida do idoso/a.

Para tanto, entende-se que, para isso, é imprescindível nesse tipo de investigação, compreender quem são esses idosos/as conforme a classe social, tendo em vista os diferentes papéis que cada idoso/a ocupa em cada classe social, dependendo do sexo, da escolaridade, faixa etária, nível de fortuna, de rendimento e outras características culturais das diferentes classes.

Trata-se de um estudo de caso, de abordagem quantiqualitativa, realizado a partir de revisão histórico - crítica acerca dos fenômenos estudados, levantamento e análise de dados essenciais acerca das representações sociais dos sujeitos sobre a problemática posta, coletados durante a pesquisa de campo financiada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq /UFRPE, no período 2020/2023.

Nessa perspectiva, considerando as mudanças socioeconômicas, demográficas e culturais ocorridas na sociedade contemporânea, cujos resultados geraram alterações significativas nos padrões de consumo dos/as consumidores/as, sobressaindo-se as pessoas idosas, esse estudo se distingui por ser relevante atual e necessário. Trata da visão dos/as próprios/as idosos/as acerca dos impactos gerados nos padrões de consumo desse segmento e como esses têm impacto seu cotidiano, modo de vida, sobretudo, o processo de envelhecimento e a qualidade de vida, conforme a classe social.

METODOLOGIA

A pesquisa se constitui de um estudo de caso, de abordagem quantiqualitativa, cuja preocupação fundamental se constituiu em trabalhar com o universo de dados dos sujeitos da pesquisa. Optou-se pelo estudo de caso, por considerar essa técnica como a estratégia de pesquisa mais apropriada para esse tipo de investigação. O estudo de caso possibilitou apreender a realidade dos dados investigados dentro do contexto mais amplo em que se encontra situado. Além disso, propiciou a utilização de métodos e técnicas diversificadas – entrevistas, relatos e avaliações – de modo a explorar o potencial descritivo e explicativo da realidade pesquisada na sua totalidade. Ao permitir a utilização de técnicas diversificadas e o recurso a diferentes fontes de evidências, essa técnica de pesquisa, propiciou um retrato abrangente e detalhado da problemática em estudo (CHIZZOTTI, 1995).

Universo e Amostra

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características dos Moradores e Domicílios, divulgada pelo IBGE (2017), a população brasileira mantém a tendência de envelhecimento dos últimos 12 anos, somando-se mais 4,8 milhões de idosos/as desde 2012. Nesse processo, em 2017, são mais de 30,2 milhões de idosos/as no Brasil.

Os 4,8 milhões de novos idosos em cinco anos correspondem a um crescimento de 18% desse grupo etário, que tem se tornado cada vez mais representativo no Brasil. As mulheres são maioria expressiva nesse grupo, com 16,9 milhões (56% dos idosos), enquanto os homens idosos são 13,3 milhões (44% do grupo). Em 2013, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), no Brasil, Recife apresentou uma população de 1.537.704 habitantes, dos quais 125.099 correspondiam a pessoas com 65 anos ou mais.

Considerando esse universo populacional, selecionou-se, aleatoriamente, uma amostra de 30 idosos/as, de ambos os sexos, na faixa de idade de 60 anos ou mais, das classes Alta, Médias e Populares (C; D; E) da Cidade e Região Metropolitana do Recife-PE, com capacidade cognitiva para participar como respondente da pesquisa. Com base na classificação do IBGE (2015/2017), os/as 30 idosos/as foram distribuídos em cinco classes sociais: Classe A - 2; Classe B - 4; Classe C - 6; Classe D - 7; Classe E - 11. Conforme mostra a Tabela 1.

Com base no documento caracterizado Mosaico Urbano de autoria de Cavalcante, Lyra e Avelino (2008, p. 131) a amostra contemplou idosos/as que residem em bairros de alta e média alta exclusão social, cujos moradores se encontram na condição de pobres e miseráveis, mais especificamente os/as entrevistados/as das Classes C, D e E, bem como sujeitos das classes A e B que residem em bairros de alta e média alta inclusão social, no que diz respeito à habitabilidade.

Dessa forma, a classe E compreende aqueles/as idosos/as que recebem de ½ a 2 salários mínimos; a classe D de 2 a 4 salários mínimos; a classe C de 4 a 10 salários mínimos; a classe B aufere de 10 a 20 salários

mínimos e a classe A acima de 20 salários mínimos, conforme mostra a Tabela 1 de distribuição da amostra da pesquisa, segundo a classe social.

Os dados apresentam os/as entrevistados/as classificados/as por classe social, conforme faixa salarial, de acordo com os parâmetros indicados pelo IBGE (2015/2017).

Instrumento de Pesquisa e Coleta de Dados

Para coleta de dados, utilizou-se um formulário de pesquisa composto por um conjunto de perguntas abertas e fechadas que norteou o processo de investigação acerca dos dados coletados. A primeira versão do formulário de entrevista foi pré-testada com três (3) idosos/as da cidade do Recife-PE, entre aqueles/as não selecionados/as para integrar a amostra, tendo-se verificado a sua adequação à pesquisa no que concerne à extensão, à compreensão e ordenamento e a pertinência das questões dos propósitos do estudo.

As entrevistas foram realizadas pela própria autora, gravadas e registradas. No final, cada idoso/a ciente da entrevista assinava o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. A pesquisa de campo foi realizada nos meses de janeiro a abril de 2023, com duração média de 1 hora, na sua maioria, na residência dos/as idosos/as, atendendo a solicitação.

Métodos de Análise dos Dados

As entrevistas com os/as idosos/as propiciaram a oportunidade de registrar as suas histórias de vida, suas concepções, visões, emoções, esperanças, desesperanças, valores culturais, enfim, tudo o que compõe o universo de suas representações sociais sobre os fenômenos sociais estudados, permitindo um retrato abrangente e detalhada da realidade.

As representações sociais de cunho qualitativo foram tabuladas e, posteriormente, categorizadas e distribuídas segundo o teor/conteúdo das respostas, sobressaindo às frequências estatísticas, em seguida analisadas.

Tendo em vista compreender as interpretações, ideias, visões e concepções que os/as idosos/as possuem acerca dos fenômenos sociais estudados, insere-se neste estudo o conceito das representações sociais, utilizado em várias áreas do conhecimento, fundadas na teoria das representações sociais, que tem como figura central Serge Moscovici. Para esse teórico, as representações sociais se constituem em uma das formas de compreensão da realidade, através da qual se permite encontrar elementos do discurso social trazido pelos sujeitos sociais para melhor compreensão dos fenômenos sociais (Moscovici, 2003, p. 123).

Para o referido teórico, a noção de representação social parte de um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no cotidiano, no curso de comunicações interindividuais (Moscovici, 1981, p. 181). Defende, sobremaneira, este teórico que as representações sociais se constituem em uma das formas de compreensão da realidade, do mundo concreto, permitindo encontrar elementos do discurso social trazido pelos sujeitos sociais para melhor compreensão dos fenômenos sociais (Moscovici, 2003, p. 123).

De acordo com Faria e Santos (2016, p. 26) e Santos (2017, p. 104) as representações sociais regem as relações entre as pessoas, orientam as condutas e definem as identidades pessoais e sociais. Nessa direção, as representações sociais são um método eficiente para análise das concepções de idosos/as, uma vez que evidenciam os fatores que afetam e traduzem, na sociedade contemporânea, o processo de envelhecimento. Para Minayo (2007, p. 236) as Representações Sociais manifestam-se por meio de falas, atitudes e condutas que se rotinizam no cotidiano.

Para Siqueira (2008, p. 20) e Santos (2017, p.104) é no cotidiano que os indivíduos constroem teorias a respeito dos objetos sociais e essas teorias são orientadoras dos comportamentos dos seres humanos. Essa ideia, Moscovici denominou representação social ou Teorias do Senso Comum, através da qual se busca compreender o processo de construção de teorias do senso comum, mostrando que este se diferencia dos outros tipos de conhecimento.

Este estudo também utilizou dados secundários acerca dos fenômenos estudados, prevalecendo à pesquisa bibliografia e a documental.

Foram consultados diversos estudos publicados em periódicos nacionais e internacionais, bancos de dissertações e teses, livros, dentre outros. Como fontes documentais, buscou-se aqueles oficiais, institucionais, entre outros importantes documentos relacionados com a defesa, ao consumo, a segurança e direitos do/a idoso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil socioeconômico, demográfico e cultural dos/as idosos/as do Recife-PE.

Este item analisa o perfil sociodemográfico e cultural dos/as idosos/as sujeitos deste estudo, cujos indicadores referentes ao sexo, faixa etária, estado civil, escolaridade e religião, de acordo com as classes sociais (A, B, C, D e E). Além disso, salientam-se os depoimentos dos/as entrevistados/as, mais especificamente, suas representações sociais, ou seja, suas concepções, interpretações, ideias, valores e visão acerca do contexto investigado.

Em relação ao sexo

Em Pernambuco, segundo dados do Censo Demográfico IBGE (2010), a população do estado era composta por 8.796.448 habitantes, sendo 7,8% destes habitantes representantes do coletivo idoso. Recife, capital pernambucana e espaço da pesquisa, abrigava 1.537.704 habitantes e, em relação à distribuição da sua população por sexo, as mulheres também representavam o maior percentual, com 53,84%, enquanto os homens correspondiam a 46,16% da população. Ressalta-se, ainda, que do total da população residente no Recife em 2010, a parcela de pessoas com 65 ou mais anos correspondia a 125.099 habitantes (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013).

Observa-se que o universo da pesquisa é de 30 idosos/as, sendo, 63% representada por mulheres e 27% por homens, dados que corroboram os encontrados Pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

(2013). Verificou-se que a maioria das mulheres idosas, aposentadas ou pensionistas estava em casa, na ocasião da entrevista, responsáveis pelas atividades domésticas, enquanto os homens sujeito da pesquisa, nessa mesma posição, não permaneciam nesse espaço, uns continuavam trabalhando, outros desenvolvendo atividades fora de casa tipo pagamento de contas, fazendo compras, outros ainda, são encontrados jogando dominó ou baralho na associação do bairro. Essas condições podem refletir o papel tradicional do homem como provedor das condições econômicas da família e o papel da mulher culturalmente designada como responsável pelos serviços domésticos. Reflete ainda o espaço público e o privado, historicamente definidos a partir da diferenciação entre os sexos. Segundo Arendt (1989), na Grécia antiga existia a esfera da pólis considerado o planeta da liberdade, o mundo dos homens, enquanto que a esfera privada era constituída pela casa (OIKIA) e pela família, caracterizada com o mundo das necessidades, da mulher, da criança, dos idosos e dos serviços domésticos.

Verifica-se a partir desses dados que o papel atribuído à mulher no cuidado com a casa e com os afazeres domésticos, continua sendo, o lugar da mulher, mesmo na velhice e o espaço público, político, como o mundo dos homens. Conforme mostram os depoimentos abaixo relacionados:

[...] mesmo depois de velha a responsabilidade dos afazeres da casa é minha, gostaria até de sair mais para passear e desopilar a mente, mais aí as coisas ficariam acumuladas. Meu pai sempre disse que lugar de mulher é cuidando da casa e é assim que vivo (Idosa, 63 anos).

[...] estou aqui na associação jogando dominó com os amigos, pra distrair a mente. Já trabalhei muito e fico aqui até dar a hora de ir pra casa e comer a janta que a nega véia preparou. (Idoso, 70 anos)

Os depoimentos relatam bem essa divisão de gênero e quanto ao papel de cada um, bem definido pela sociedade.

Em relação à faixa etária

No que se refere à amostra estudada por idade, identifica-se que a participação foi maior no intervalo etário de 60-64 anos (46,66%), nas classes sociais A, B, D e E, com maior percentual na classe B, onde a totalidade dos participantes se encontra na faixa etária 63-64. Na sequência, segue-se o intervalo 65-69 anos (36,66%), predominando sujeitos da Classe C, seguido do intervalo de 70-74 anos (6,66%), das Classes C e E, e dos intervalos 80-84 com 6,66%, e 85-89 com 3,33%, com os menores percentuais pertencentes às classes C e E, e apenas uma da Classe A com 85 anos de idade.

No que concerne à longevidade, mais especificamente, a duração mais longa da vida de uma pessoa, constata-se de acordo com as faixas etárias e o estado civil, que as mulheres tem vida mais longa que os homens. Para o estado civil o percentual de mulheres viúva corresponde a (36,36%) e para os homens essa condição não existe. Esses resultados corroboram as análises encontradas nos estudos realizados por Camarano, Kanso e Mello (2004, p. 30) e Lima e Bueno (2009, p. 273). Para essas autoras, a velhice mesmo sendo um processo universal, apresenta um forte componente de gênero, pois existem mais idosas que idosos (55% de mulheres no país). Estas apresentam características importantes na velhice, vivem mais que os homens, apesar de serem mais vulneráveis, sujeitas a doenças e outros problemas relacionados decorrentes da idade.

Para Kanso e Mello (2004, p. 30) as mulheres idosas vivem mais do que os homens e têm maior probabilidade de ficarem viúvas, mas, geralmente em situações de desvantagens socioeconômicas e de saúde. Confirmando os estudos de Camarano, Kanso e Mello (2004), Fonseca et al. (2015, p. 38) demonstraram que, em média, as mulheres vivem cinco a sete anos mais que os homens. Contudo, conforme os dados encontrados nesse estudo, isto não significa viver melhor, considerando as desvantagens vivenciadas pelas mulheres em decorrência, sobretudo, dos salários mais baixos, por conseguinte, a possibilidade de serem mais pobres e dependentes das políticas públicas. Para se ter uma ideia, a

maioria das mulheres da Classe E ganha 1 Salário Mínimo, seguido da maioria da classe C que ganha até 2 Salários mínimos. Nesses termos, na oportunidade da entrevista, duas mulheres fizeram referência à pobreza na velhice, conforme mostra os depoimentos abaixo:

[...] Eu nunca imaginei terminar a minha vida nessa condição, ou melhor, sem condição de nada. O dinheiro que recebo mal para as despesas de comida e meus remédios (Idosa de 83 anos, Classe – E);

[...] É muito ruim querer as coisas e não ter, e agora depois de velha ficou mais difícil ainda porque não posso trabalhar mais. Tenho ainda muitos sonhos e muita tristeza em não poder realizar por falta de dinheiro (Idosa de 67 anos, Classe – E).

Segundo Silva (2007, p. 85) existem vários fatores que influenciam a feminização da população idosa, entre os quais se podem ressaltar a queda da mortalidade materna, maior cuidado das mulheres no que concerne à exposição a situações de risco no trabalho e acidentes de trânsito, maior atenção à saúde e, sobretudo, maior adesão a tratamentos prevenção de doenças em comparação com os homens.

Outro aspecto significativo da faixa etária dos/as idosos/as diz respeito aos reflexos negativos da idade na vida desse segmento. Segundo Minayo e Coimbra Jr. (2002), até o momento outros atores têm falado pelos idosos, dando foco ao envelhecimento e à velhice como um processo negativo. Esses atores tentam falar a respeito, mas são carregados de estereótipos que impedem a construção de uma identidade positiva do idoso. Quando o outro define o envelhecimento e a velhice, percebe-se que o preconceito é uma característica marcante e são utilizados estereótipos negativos sobre a velhice. Conhecer a visão do idoso a respeito do envelhecimento e da velhice é importante para se construir representações positivas dessa fase, visto que muitos estudos realizados mostraram que os idosos não se sentem enquadrados nos estereótipos que os outros formulam sobre a velhice.

No estudo realizado por Uchôa et al., (2002), percebeu-se que o olhar do outro a respeito da velhice é carregado de negativismo, o que dá um caráter homogeneizador ao processo do envelhecimento. Em

contraponto, o mesmo estudo mostra que, quando o idoso é interrogado a respeito do envelhecimento, relata histórias de vidas que positivam a velhice e mostram que é uma fase heterogênea, na qual cada idoso envelhece de forma diferente.

Em relação ao estado civil

Os dados coletados apresentam a subdivisão da amostra desta pesquisa em relação ao estado civil dos participantes. Observa-se que 50,00% são casados, em todas as classes sociais. O casamento apesar de ter passado por diversas transformações, desde a antiguidade até o presente, a família continua tendo por base de formação o instituto do casamento. Historicamente, a família é definida como sendo uma “sociedade matrimonial, formada pelo marido, a mulher e os filhos, ou o conjunto de pessoas ligadas por consanguinidade ou mero parentesco” (Guimarães, 2011, p. 121). Em décadas passadas os casamentos se davam por acordos, interesses e era indissolúvel, o patriarca era o provedor e a liderança absoluta em sua casa, e o papel das mulheres por vezes figurativo. Porém na atualidade o casamento pode ser definido como sendo a relação jurídica constituída pela união estável e formal entre um homem e uma mulher, que estabelecem entre si o compromisso de mutuamente, ampararem-se e satisfazerem, formando, assim, uma família.

Seguindo a análise, as viúvas representam 26,66% de todas as classes sociais. Esse percentual pode ser justificado a partir de duas condições. A primeira, segundo Fonseca et al (2015, p.40) a alta porcentagem de mulheres viúvas justifica-se pelo fato dos homens casarem com mulheres mais jovens. Para esse autor, as normas culturais e sociais, cujo homem na relação deve ser mais velho que a mulher prevalece em nossa sociedade e isto tem levado ao crescimento do percentual de mulheres que ficam viúvas com o passar da idade.

Segundo o estudo realizado por Santos (2017, p. 110), com idosos/as, as viúvas em sua maioria declararam não possuir interesse em contrair novo casamento, principalmente das Classes D e E, haja vista o receio de perder a pensão e isso afetaria a renda familiar. Apenas 1

mulher da Classe E é divorciada e 5 (16,66%) das Classes B (1), D (1) e E (3), afirma ter companheiro/a.

Em relação à escolaridade

Evidencia-se em relação ao nível de escolaridade que, 20,00% dos/as participantes das Classes C (2), D (5) e E (6) possuem o Ensino Médio completo e um percentual de 33,33% das Classes D (1) e E (5) não concluíram o Ensino Médio. Em relação ao Ensino Superior, os dados mostram que os/as entrevistados/as da Classe A na sua totalidade possuem esse nível de escolaridade, da Classe B 75% dos/as participantes e apenas 1 (3,33%) da Classe C. Sem deixar de considerar que uma idosa é analfabeta.

A análise desses dados revela a divergência no que concerne ao nível de escolaridade dos sujeitos deste estudo, quando se considera a incidência de idosos/as das Classes C, D, e E com Ensino Médio completo ou incompleto e aqueles/as das Classes A na sua totalidade e B na sua grande maioria com Ensino Superior. Essa disparidade pode ser justificada a partir de vários fatores como a ocupação, gênero e a questão econômica.

Um fator que os/as idosos/as justificam para não terem concluído o Ensino Médio diz respeito existência de ocupações que, à época em que os/as entrevistados/as estavam em idade escolar, não exigia qualificação pautada na escolaridade, mas sim na prática do aprender - fazendo, conforme declaração abaixo citada:

[...] Nos empregos da minha época não se exigia estudo, bastava apenas ser mulher pra ser a balconista, a faxineira, a babá... Então muitas mulheres pensavam apenas no trabalho e no dinheiro que iria receber pra ajudar em casa e estudar ficava pra trás (Idosa de 69 anos – Classe D);

[...] No meu tempo, o papel da mulher era ter filho e cuidar da casa, não precisava estudar. Eu vim estudar depois de casada e concluí o ensino médio. (Idosa de 67 anos – Classe E);

[...] Sou analfabeta. Meu pai e minha mãe tiveram muitos filhos e por ser muito pobre colocava para nós trabalhar na roça. Lembro

também que a escola era muito longe e a estrada muito ruim. Vivi minha vida plantando um pouco de tudo que era pra vender e pra nós comer. Hoje sou dona de casa (Idosa de 83 anos – Classe C).

Os depoimentos mostram claramente que os participantes em sua juventude, época de idade escolar tinham a necessidade de trabalhar e ter uma renda para ajudar a família em suas necessidades e que determinados tipos de empregos, não exigia escolaridade, apenas alguém com perfil para executá-lo, isso justifica a baixa escolaridade das idosas.

Alguns participantes expressaram o desejo de retomar os estudos, porém relatam que não sabem como fariam para este retorno. Para Serra e Furtado (2016), a inclusão escolar dos idosos ainda é um desafio. Portanto, segundo os autores, é preciso garantir efetivamente o acesso e a continuidade à Educação ao longo da vida, dando visibilidade aos idosos no cenário educativo.

A partir da Constituição Federal de 1988, os artigos 205 e 206 defendem que a educação é direito de todos e é dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, e também impõe que o ensino precisa ser ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Porém, conforme mostram os resultados desse estudo, esse direito, historicamente não tem sido efetivado, o Brasil continua apresentando elevados índices baixa escolaridade, por conseguinte, de desigualdade e exclusão social.

Segundo Santos (2018), a sociedade brasileira não se preocupa com suas demandas socioculturais, especialmente educacionais, pois muitos idosos sequer possuem a formação escolar básica. Atualmente, muitos retornam a sala de aula, deparando-se com práticas pedagógicas distantes de suas experiências escolares, por isso, desestimulados na disciplina de Matemática, pois desejam estudar as operações básicas na tabuada. Informações verificadas na análise de memoriais escritos por educandos/as idosos/as, cujas práticas de aprendizagem davam-se por meio da tabuada tanto da parte do professor quanto da parte dos alunos,

sempre acompanhada da palmatória, motivo de desistência e abandono escolar, mas, também, aprendizado deste conteúdo. Entende-se que estes registros referem-se ao seu contexto educacional.

Em relação à religião

Em relação à religião, a Tabela 2 evidencia a maioria dos/as idosos/as participantes da pesquisa (83,33%) de todas as classes sociais declararam ter uma religião e uma porcentagem de 16,66% nega possuir ou não se identifica com nenhuma religião. Dentre as religiões mencionadas pelos/as participantes, a religião católica foi mencionada por (33,33%), seguida pela religião evangélica (26,66%), as duas religiões predominantes no Brasil, segundo o IBGE (2020). Outras religiões como a Espírita (10,00%) e Maçom e Matriz Africana (13,33%) e (16,66%) declararam não ter religião.

Esses dados vão ao encontro do que salienta Albuquerque (2016, p. 60) acerca dos diversos segmentos religiosos existentes no Brasil. Para esse autor, a religião é resultado de um processo sociocultural que se dá a partir da construção de valores, ideias e modos de viver que vão constituir os/as indivíduos e coletividade inseridos/as nos mais diversos contextos na sociedade, através dos símbolos materiais e não materiais solidificam sua fé e como sujeitos, com existência legitimada e reconhecida.

A partir do que os idosos/as falam independente da classe social ou do credo religioso, suas representações religiosas estão relacionadas com um conjunto de crenças e valores que foram construídos nas relações sociais durante as suas vidas. O conjunto de valores religiosos reproduz o papel exercido pela religião na vida dos/as idosos/as, conforme mostra os depoimentos abaixo relacionados.

[...] Eu sou um homem religioso, um católico de muita fé. Desde menino fui ensinado a rezar e a crer em Deus que nas horas difíceis nos socorre. Todos os dias, eu rezo por mim, pela minha saúde, por minha família e meus amigos (Idoso de 61 anos, Católico - Classe D);

[...] Sou uma mulher muito apegada a Deus e ao Divino Espírito Santo, gosto de participar das atividades da minha igreja e em especial quando vão doar sopa nas comunidades carentes, isso me faz sentir viva e mais perto de Deus. Até esqueço minhas dores e problemas quando estou envolvida obra social (Idosa de 62, evangélica - Classe D).

As análises dessas representações sociais evidenciam que, segundo Freire Júnior e Tavares (2005, p. 151) com a velhice, as pessoas idosas tendem a ter uma maior aproximação com a religião como recurso utilizado para enfrentar situações difíceis e de perdas. Segundo Cardoso e Ferreira (2009, p 382) o envolvimento religioso desempenha um papel na configuração dos níveis de bem-estar subjetivo dos idosos, razão pela quais diversas áreas, como a Medicina, a Psicologia e a Sociologia, vêm buscando elucidar as possíveis inter- relações existentes entre esses construtos. O envolvimento religioso constitui-se importante por que permite que o/a idoso/a participe de atividades sociais e comunitárias que lhe oportuniza desenvolvimento psicossocial e aumentando a devoção pessoal.

Em relação à faixa salarial e procedência dos recursos e benefícios.

Os dados mostram 33,3% dos sujeitos da pesquisa são aposentados/as, com exceção da Classe A em todas as outras se encontra idosos/as aposentados/as, em sua maioria pertencente às classes C, D e E. Segue-se com 26,66% que são pensionistas, distribuídos entre as classes de B, C, D e E. Os assalariados compõem 20,00% da amostra e (10,00%) encontram-se desempregados/as. Identifica-se ainda, que apenas 3,33% (1) é autônomo e que compõe a classe E, mais, particularmente, é vendedor de produtos importado, conforme ressalta na sua fala:

[...] é o que me ajuda a manter a família. Sem emprego, preciso me virar para pelo menos comer. No final do mês o que vendo dá um salário mínimo, às vezes um pouco mais (Idoso, 60 anos);
[...] o dinheiro do meu benefício do INSS não dá pra fazer muita coisa não. Sempre fica uma conta atrasada, por que dou prioridade à comida já que meus netos moram comigo e dependem

de mim e aos meus remédios de pressão alta e diabetes (Idosa divorciada, 67 anos).

Esses depoimentos refletem a falta de recursos suficientes para atender as demandas diárias dos/as idosos/as dessa classe social e também da classe D. Nas suas falas, na oportunidade da entrevista, na sua maioria, fazia questão de falar que os recursos são escassos, o valor das aposentadorias é insignificante, faz-se necessário inovar procurando outras formas de conseguir renda para subsidiar as necessidades básicas, sobretudo, com alimentação e saúde (medicamentos).

Os dados mostram que o contexto socioeconômico da maioria dos/as idosos/as participantes da amostra das Classes C D e E possui condição econômica mínima para a sobrevivência, devido aos baixos salários auferidos nas aposentadorias e pensões. Essa análise corrobora aquela feita por Santos (2017) que ressalta a condição de pobreza dos/as idosos/as das Classes C, D e E sujeitos do seu estudo. A autora chama atenção ainda acerca da ausência do Estado como garantidor do cumprimento da lei a partir da efetivação dos direitos dos/as idosos/as fundamentados nas políticas públicas e sociais, principalmente a falta de concretização dos direitos a saúde e a assistência social. Segundo Silva ET al., (2015, p 95) apesar do Brasil não ser um país ainda estruturado para atender as necessidades e demandas dos/as idosos/as, sobretudo, pobres e miseráveis, é um país de velhos, cujos direitos chamam a atenção pela sua violação e não pela sua efetivação.

Segundo estudos realizados pelo Governo Federal (Brasil, 2019) as classes D e E dependem fortemente das políticas sociais, principalmente da Bolsa Família, do BPC (Benefício de Prestação Continuada), da Previdência Social e de outras fontes de renda (próprio negócio, aluguéis, ajuda de parentes e/ou de instituições filantrópicas). Nesse contexto, 47,1% da renda dos mais pobres vêm do trabalho, sendo 90,8% da classe C e 86,1% da classe B. O restante vem da Previdência Social (39,0%) e do Auxílio Brasil ed BPC (12,3%). Na classe A, apenas 24,8% da renda vem do trabalho e 74,2% são provenientes de outras, como juros de aplicações financeiras e aluguéis.

Representações sociais dos/as idosos/as acerca dos fatores que influenciam o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento.

A teoria das representações sociais de Moscovici (2003) visa nesse estudo analisar e compreender as interpretações, ideias, visões e concepções que os/as idosos/as possuem a respeito dos fatores que influenciam o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento. Os dados apresentam o que esses sujeitos pensam sobre esses fenômenos sociais, concebido de diferentes formas, conforme as experiências, valores, padrão de vida e classe social dos/as participantes da pesquisa.

Representação sociais dos/as idosos/as acerca dos fatores que influenciam o consumo e a qualidade de vida – Recife-PE.

A Lei 8.080, de 1990 (Lei orgânica da saúde), no seu artigo 3º, dá ênfase aos fatores que determinam e condicionam a qualidade de vida. Entre esses fatores destaca o meio ambiente equilibrado, o direito à moradia, ao saneamento básico, ao trabalho, à renda, à educação, ao transporte, bem como o direito ao acesso aos serviços essenciais caracterizados como consumo coletivo (Saraiva, 2017).

Segundo Minayo, Hartz e Buss (2000, p.7) a qualidade de vida é uma representação social construída a partir de parâmetros subjetivos e objetivos. Os primeiros compreendem bem-estar, felicidade, amor, prazer e realização pessoal. O segundo, os parâmetros objetivos se compõem da satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade. Nessa direção, os sujeitos desse estudo apresentam suas representações sociais e suas percepções acerca dos fatores que influenciam o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento.

Na análise dos fatores que influenciam a qualidade de vida dos/as idosos/as sujeitos da pesquisa, evidenciam-se a partir de suas representações sociais diferentes fatores, de caráter tanto subjetivo, quanto

objetivo, conforme defende Minayo, Hartz e Buss (2000, p.7) quando definem qualidade de vida. Evidencia-se entre os fatores subjetivos, a capacidade de amar, de ser feliz, de cuidar do espírito, da beleza, de estabelecer boas relações humanas. Entre os fatores objetivos, pode-se destacar, com maior percentual de repostas, independente das preferências individuais e da classe social, a renda, o poder de compra o salário e o dinheiro.

Os depoimentos relacionados abaixo apresentam independente da classe social os diferentes aspectos que definem os fatores que influenciam a qualidade de vida para os/as idosos/as:

[...] eu acho que tudo influencia na qualidade de vida, até o meio ambiente influencia. Se tivermos boas relações com as pessoas, somos mais felizes (Idoso de 60 anos – Classe A)

[...] Para mim um fator que é mais importante é o dinheiro, sem ele não temos como comprar o que é necessário para se ter qualidade de vida. Outros fatores são importantes, mas, salário, é o que está na frente (Idosa de 60 anos - Classe D);

[...] não sei ao certo mais quando a gente tem dinheiro tudo é mais fácil, por isso acho que o dinheiro é o fator mais importante. A gente tendo dinheiro pode cuidar da saúde, da alimentação, da beleza, ter lazer (Idosa de 85 anos - Classe A).

Embora se evidencie que existem diferentes percepções acerca dos fatores que influenciam a qualidade de vida dos idosos/as, o fator que se evidencia como preponderante, é sem dúvida o dinheiro, para todas as classes sociais. O dinheiro é concebido pela quase totalidade dos sujeitos, principalmente, como instrumento monetário que é utilizado para realizar as demandas de consumo de bens (produtos) e de serviços que precisam para se ter qualidade de vida.

Essa percepção vai ao encontro de estudos realizados por Minayo, Hartz e Buss (2000) e por Santos (2017) sobre o conceito de qualidade de vida. Para essas autoras, esse conceito, principalmente quando relacionado à qualidade de vida de idosos/as, não inclui apenas fatores relacionados com a saúde, tais como bem-estar físico, funcional,

emocional e mental, mas também outros elementos importantes para vida desse segmento, como trabalho e renda.

Nessa análise, o conceito mais atual sobre qualidade de vida preconizada pela Organização Mundial da Saúde, resultado de um estudo elaborado por um grupo de pesquisadores de diversos países que discutiram e responderam à pergunta, o que é qualidade de vida, evidenciou que os aspectos ou fatores subjetivos estavam relacionados com o estilo de vida (se fuma ou não, se alimenta de forma saudável, se faz exercícios, se interage socialmente, se tem amigos, entre outros) e os aspectos ou fatores objetivos estavam relacionados, sobretudo, com as condições econômicas de vida, principalmente, salário e renda.

Os dados encontrados nesta análise corroboram aqueles achados por Santos (2017) em pesquisa realizada acerca das representações sociais dos/as idosos/as sobre consumo, envelhecimento e qualidade de vida da Cidade do Recife-PE. No que concerne à condição financeira, Santos (2017) apresenta no seu estudo baseado em suas análises que o fator financeiro para a maioria dos/as idosos/as sujeitos da sua pesquisa, também é o fator mais importante para o consumo de produtos e de serviços, além disso, esse fator é essencial para promover o acesso à alimentação, a saúde e a compra de medicamentos, o lazer, e até mesmo à realização pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados finais das análises desenvolvidas neste estudo permitem compreender os aspectos investigados em relação à caracterização Sociodemográfica, econômica e cultural dos/as idosos/as sujeitos da pesquisa, bem como suas representações sociais acerca dos vários fatores que influenciam o consumo, o envelhecimento e a qualidade de vida.

Considera-se, sobretudo, que foi imprescindível nessa investigação compreender quem são esses sujeitos, conforme a classe social a qual pertence, tendo em vista os diferentes papéis que cada idoso/a ocupa em cada classe social, dependendo do sexo, da escolaridade, faixa etária,

condição econômica, de rendimento e outras características culturais e sociais das diferentes classes.

O ser humano passa por várias fases durante a vida (infância, adolescência, juventude e velhice). E a cada estágio, vivencia diversos tipos de experiências que acabam impactando diretamente no estilo de vida e comportamento como consumidor/a de produtos e de serviços. Idosos/as possuem a respeito dos fatores que influenciam o consumo e a qualidade de vida no processo de envelhecimento.

Como base nesse pressuposto, o que se constata nesse estudo, é que entre os vários fatores que influencia o consumo de produtos e de serviços – papel social ou grupo a que pertence; a cultura; as demandas e necessidades; opinião de outros consumidores/as; estágio de vida; novas tendências; mercado e economia – a classe social é o fator que mais diz do poder aquisitivo das pessoas idosas, deixando clara a influência que o poder de compra de produto e de serviços tem para o consumo, no processo de envelhecimento e para envelhecer com qualidade de vida.

Os resultados demonstraram condições econômicas mínimas diante dos contextos socioeconômicos da maioria dos/as idosos/as pesquisados/as, principalmente, os da classe C, D e E, em consequência dos baixos salários auferidos, pensões ou aposentadorias, bem como, da ausência do Estado atuando no papel de provedor de políticas públicas voltadas para essa população. Atribui-se, portanto, as mínimas condições de sobrevivência a que está submetida à população idosa das classes menos favorecidas sujeitos da pesquisa, principalmente, as condições socioeconômicas e a ausência de políticas sociais efetivas. Considera-se, sobretudo, que o envelhecimento é um processo determinado não apenas pelos fatores biológicos, psicológicos e culturais, mas, principalmente, por determinantes econômicos, mais, especificamente, salário e renda. Apesar do Brasil não ser um país ainda estruturado para atender as necessidades e demandas dos/as idosos/as, sobretudo, pobres e miseráveis, é um país de velhos, cujos direitos chamam a atenção pela sua violação e não pela sua efetivação.

Esses dados podem contribuir para subsidiar o Estado, como provedor de políticas públicas e sociais, a formular ações efetivas voltadas

para essa população, tendo em vista a melhoria de sua qualidade de vida no processo de envelhecimento.

Considerando a tendência de envelhecimento da população nos últimos anos decorrente tanto do aumento da expectativa de vida pela melhoria nas condições de saúde quanto pela questão da taxa de fecundidade, esses dados podem auxiliar também, além do Estado, o mercado, no sentido de oferecer produtos e serviços, considerando a classe social, com adaptações que tornem os itens de venda mais acessíveis para esse segmento da população que cresce não apenas no Brasil, mas no mundo todo.

Outro aspecto a ser considerado, diz respeito à visão ainda biologizada, dos/as idosos/as evidenciada nesse estudo, apesar dos avanços de ordem teórico-conceitual acerca do envelhecimento como um fenômeno dependente de fatores não apenas biológicos, mas, psicológicos, sociais e culturais.

Ao falar do processo de envelhecimento, é importante salientar que este processo não pode ser considerado como sinônimo de velhice, pois a velhice é definida como a última etapa do desenvolvimento humano, ao passo que o envelhecimento é o processo que percorre dessas etapas. Para Neri (2006), a velhice corresponde à última fase do ciclo vital e é delimitada por fatores de natureza múltipla incluindo eventos como perdas psicomotoras e afastamento social, já o envelhecimento seria o processo de mudanças pautado nas características biopsicossociais de cada indivíduo.

Mesmo que se queira negar a velhice, seus primeiros e mais evidentes sinais se manifestam na aparência, e isto ninguém ignora, de forma que o espelho passa a ser o principal acusador de sua manifestação. A velhice se confirma externamente, através do espelho como elas mesmas disseram, e assim, já não podemos dizer que se trata de uma percepção interior, como muitos gostariam de acreditar.

Embora qualidade de vida e dignidade sejam termos que não estão na Constituição (1988) como direito de cidadania, sugere-se nesse estudo que se lute para que estejam, trata-se de um direito coletivo fundamental a ser alcançado pelo ser humano.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carla Gabriela S. S. Cavalcanti de; MOREIRA, Lucyana Paula de C.; SOUSA, Renata G.; NÓBREGA, Rita de Kásia T. (org.). **Reflexões à luz do Envelhecimento**. Recife: Libertas, 2017.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972, p.28-42.

BLESSMANN, Eliane Jost. **Corporeidade e envelhecimento: o significado do corpo na velhice**. 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: **promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, jan.1994.**

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Portaria GM n. 1.395, de 10 de dezembro de 1999 – **Aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI)**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 dez.1994.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**, 25/01/2019.

BRASIL. Lei no 10.471, de 1o de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 out. 2003.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão. **Como Vive o Idoso Brasileiro** In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). Os novos Idosos

DEBERT, Guita Grin. **Pressupostos da Reflexão Antropológica sobre a Velhice**. In: DEBERT, G. G. (org.). Antropologia e Velhice. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998. p. 7-27. (Textos Didáticos).

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

DEBERT, G. G. **A Reinvenção da Velhice**. São Paulo: Edusp, 1999.

DEBERT, G. G. **A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo demandas políticas**. São Paulo: Edusp, 1999.

Envelhecimento: um olhar interdisciplinar. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2016. 438 p. FREIRE JÚNIOR, Renato Campos; TAVARES, Maria de Fátima Lobato. **A saúde sob o olhar do idoso institucionalizado: conhecendo e valorizando sua opinião**. Revista Interface – Comunic., Saúde, Educ., v. 9, n. 16, p. 147-58, set.2004/fev.2005.

FONSECA, Estela da Silva et al. **Perfil do Idoso Brasileiro a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011**. In: Silva, Emília Pio da; MAFRA, Simone Caldas Tavares (org.) Envelhecimento no Brasil: **O retrato da diversidade. Visconde do Rio Branco: Suprema 2015**.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 1940, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/11/censo-2010cai-taxa-de-analfabetismo-no-pais>.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da**

população brasileira 2015. Estudo e Pesquisa: Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro n. 35.

Lima, L. C. V. de, & Bueno, C. M. L. B. (2009). **Envelhecimento e gênero: A vulnerabilidade de idosos no Brasil.** Revista Saúde e Pesquisa, 2(2), 273-280.

MINAYO, Maria Cecília de S.; COIMBRA Jr., Carlos E. A. (org.). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Violência contra idosos.** In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS DO IDOSO, 1., Brasília. **Eixos temáticos: Rede de Proteção ao Idoso. Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 2006.** p. 3-8

MOSCOVICI, On social representations. In: FORGAS, J. P. (org.). **Social cognition. Perspectives on everyday understading.** Nova York: Academic Press, 1981. p. 181-209. Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NERI, Anita Liberalesso. **Qualidade de vida na velhice e subjetividade.** In: NERI, Anita Liberalesso (org.). **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar.** 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011

NERI, A. L. & Fortes, A .C. G. **A dinâmica estresse e enfrentamento na velhice e sua expressão no prestar cuidados a idosos no contexto da família.** In: FREITAS, E. V., Py, L., CANÇADO, F. A. X.

SANTOS, Sílvia Cavadinha Cândido dos; SARAIVA, Joseana Maria. **Processo de Envelhecimento e Qualidade de Vida: significados e tendências na sociedade de consumo contemporânea.** In: SANTOS, Sílvia Cavadinha Cândido dos. **Envelhecimento e qualidade de vida na sociedade de consumo.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, 2017. 187p.

SARAIVA, Joseana Maria. **Trajetória histórica social da população deficiente: da exclusão à inclusão social** *SER Social*, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, jan.-jun./2017

SILVA, S. S. **ESTATUTO DO IDOSO – Um Crítico e Novo Olhar Sobre o Idoso e os Desafios a Serem Enfrentados**. Dissertação de Mestrado em Direito, Centro Universitário Eurípedes de Marília, Marília, SP, 2007.

UCHÔA, E; FIRMO, J. O. A; LIMA-COSTA, M. F. F. **Envelhecimento e Saúde: Experiência e construção cultural**. In: MINAYO, M.C.S.; COIMBRA JR, C.E.A. (Org.). *Antropologia, Saúde e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: ed. Fiocruz, 2002. cap.1, p.25-35.